

PROCURADORIA EM PAUTA

INFORMATIVO BIMESTRAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - Nº 4 - Março/Abril 2012



PGE, Ales e SPU voltam a discutir terrenos de Marinha



A discussão sobre os terrenos de Marinha, em Bento Ferreira, será levada à uma Câmara de Conciliação a ser instalada por solicitação da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Essa foi a decisão tomada pelos representantes da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e da PGE em reunião ocorrida no dia 29 de março (foto). O assunto também foi debatido na Comissão Especial das Taxas sobre Terrenos de Marinha, da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, com a participação da PGE.

[p.3]

Estado vence primeira batalha sobre Fundap no STF

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) conseguiu impedir o andamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.721, apresentada em fevereiro pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos contra o sistema Fundap.

[p.7]

Procuradoria reúne gestores e apresenta serviço "Tira-Dúvidas"

Encontro lotou o auditório do Palácio da Fonte Grande com a participação de 120 pessoas de todas as secretarias, autarquias, fundações e demais órgãos do Governo. Na ocasião, foram explicados todos os Enunciados Administrativos e apresentado o novo serviço da PGE: o "Tira-Dúvidas".

[p.6]



PGE comemora um ano de atuação do Núcleo dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e destaca avanços



Daniel Mazzone
Procurador coordenador
do Núcleo de Juizados
Especiais

Instituídos através da Lei 12.153/09, os Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual foram implementados no âmbito do Poder Judiciário estadual por meio da Resolução nº 22/2010, do Egrégio Tribunal Pleno.

Criados com a finalidade de facilitar o acesso da população ao Poder Judiciário, os Juizados Especiais da Fazenda Pública são responsáveis por “processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos” (artigo 3º da Lei 12.153/09).

Diante dessa demanda judicial inédita para a Fazenda Pública estadual, a Procuradoria Geral do Estado, visando desenvolver um trabalho específico de defesa do erário nessas ações, idealizou e implementou o Núcleo dos Juizados Especiais (NJE), junto à Procuradoria do Contencioso Judicial.

O NJE conta hoje com um coordenador e cinco procuradores, atuando na defesa do erário perante 71 Juizados Especiais da Fazenda Pública distribuídos por todo o Estado do Espírito Santo. Em pouco mais de um ano de trabalho, o NJE já responde por cerca de 3.318 ações¹, podendo contabilizar, além do trabalho processual, inúmeras conquistas em sua atuação na defesa do erário, dentre as quais duas se destacam.

A idealização de um ato normativo que possibilita o pagamento administrativo de advogados dativos nomeados em processos em razão da ausência ou insuficiência dos quadros da Defensoria Pública estadual. O Decreto Estadual nº 2.128-R, de 10 de agosto de 2011, pensado pela Procuradoria do Estado, produziu grande impacto na

diminuição do número de ações ajuizadas, significando grande avanço na redução da judicialização do tema e na prevenção de demandas.

A aplicação do decreto estadual ainda desestimula o ajuizamento de novas ações, gerando uma redução no gasto do dinheiro público com os custos do processo que, em última análise, será também suportado pela sociedade capixaba.

Noutro aspecto, o referido decreto importou também em considerável economia para o Erário Estadual, uma vez que os valores pagos aos advogados dativos obedecem a critérios de razoabilidade e da proporcionalidade, evitando que o Estado seja beneficiado pelo trabalho dos mencionados profissionais sem lhes proporcionar justa remuneração e evitando o pagamento de valores exorbitantes ou em desconformidade com o trabalho desempenhado.

Outra conquista importante oriunda do Núcleo dos Juizados Especiais da Fazenda Pública foi o trabalho de elaboração para implementação de um Núcleo de Assessoramento Técnico nas demandas judiciais ligadas à saúde (NAT).

Pensado em conjunto com a Secretaria de Saúde e o Tribunal de Justiça estadual, o órgão de assessoramento técnico criado para auxiliar os magistrados nas demandas judiciais relacionadas à saúde traz inúmeros benefícios, na medida em que os magistrados são munidos de informações técnicas relevantes para a resolução de demandas envolvendo o fornecimento de medicamentos, cirurgias, exames, dentre outros.

Os pareceres do NAT colaboram para uma decisão judicial embasada em informações técnicas de acordo com o caso concreto, auxiliando na correta aplicação do direito e, na garantia do acesso à saúde, para a proteção das políticas públicas de saúde e do povo capixaba, para quem essas políticas são pensadas e implementadas.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Governo do Espírito Santo

Rodrigo Marques de Abreu Júdice
Procurador-geral do Estado

Lívio Oliveira Ramalho
Subprocurador-geral
para Assuntos Jurídicos

Luciana Merçon Vieira
Subprocuradora-geral
para Assuntos Administrativos

Alexandre Nogueira Alves
Corregedor-geral

Anderson Sant'Ana Pedra
Procurador-chefe do Centro de Estudos
e Informações Jurídicas (CEI)

Cláudio Penedo Madureira
Procurador-chefe da Procuradoria de
Petróleo, Mineração e outros Recursos
Naturais (PPetro)

Roger Faiçal Ronconi
Procuradora-chefe da Procuradoria
do Patrimônio Imobiliário (PPI)

Joemar Bruno Francisco Zagoto
Procurador-chefe
da Procuradoria Trabalhista (PTR)

Érfen José Ribeiro Santos
Procurador-chefe da Procuradoria
do Estado na Capital Federal (PCF)

Marcelo Amaral Chequer
Procurador-chefe da Procuradoria de
Serviços Jurídicos, Setoriais, Autárquicos
e Fundacionais (PSJ)

Antônio Júlio Castiglione Neto
Procurador-chefe da Procuradoria de
Cadastramento e Informatização (PCI)

Leandro Mello Ferreira
Procurador-chefe da Procuradoria
de Consultoria Administrativa (PCA)

Eva Pires Dutra
Procuradora-chefe da Procuradoria
do Contencioso Judicial (PCJ)

José Alexandre Rezende Bellote
Procurador-chefe
da Subprocuradoria Fiscal (SPFI)

Jorge Gabriel Rodnitzky
Procurador-chefe
da Subprocuradoria Tributária (SPT)

Jornalista Responsável: **Renato H. S. Moreira**
MTB 338/86

Projeto Gráfico: **Contemporânea**
Fotos: **Renato H. S. Moreira**
Editoração: **Bios**
Revisão: **Triade Comunicação**
Impressão: **GSA**
Tiragem: **1.500 exemplares**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (PGE-ES)

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590,
Barro Vermelho,
Vitória (ES), CEP 29057-550
www.pge.es.gov.br
comunicacao@pge.es.gov.br
(27) 3636-5059

¹ Relatório Estatístico PGENet, consultado em 13 de março de 2012, às 15h40.



Em reunião com representantes da SPU, na PGE, ficou acertado que a discussão será levada a uma Câmara de Conciliação, na AGU

PGE, Ales e SPU discutem terrenos de Marinha

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) participou, no dia 23 de abril, de uma reunião na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) para discutir a cobrança das taxas sobre terrenos de Marinha no Estado. O encontro foi promovido pela Comissão Especial das Taxas sobre Terrenos de Marinha, cuja presidência e vice-presidência estão a cargo dos deputados Luciano Rezende e José Esmeraldo, respectivamente.

Segundo o procurador geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, o problema já vem sendo discutido pelo Estado, junto à União, desde o ano passado, quando foram realizadas duas reuniões, uma no Espírito Santo e outra em Brasília, que contaram inclusive com a presença do governador Renato Casagrande. “O governador está sensível a esse problema e tem envidado esforços no sentido de alcançar uma solução definitiva. Nosso objetivo é desobrigar a população afetada do pagamento da Taxa sobre Terreno de Marinha”, explicou Rodrigo.

PGE e SPU

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) realizou, no dia 29 de março, na sala de reuniões do Conselho da PGE, um encontro com representantes da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para dar prosseguimento às negociações referentes aos terrenos de Marinha da antiga empresa The Leopoldina Railway Company Limited, situados no bairro de Bento Ferreira, em Vitória.

Na ocasião, ficou acertado que as discussões seriam encaminhadas a uma Câmara de Conciliação, no âmbito da Advocacia Geral da União (AGU), em Brasília, para tentar resolver o problema administrativamente. O pedido para a instauração do procedimento de conciliação será encaminhado pela PGE até o final de maio. O Estado vai requerer à SPU que sejam suspensas as cobranças das Taxas sobre Terrenos de Marinha enquanto a Câmara de Conciliação estiver analisando a questão.

Entendendo o problema

Ao final dos anos 1940 e início dos 1950, o Governo do Espírito Santo desapropriou uma área da empresa The Leopoldina Railway Company Limited, em Bento Ferreira. Como a desapropriação fora amigável, converteu-se em processo de compra e venda. À mesma época, no entanto, a União resolveu encampar a The Leopoldina Railway Company Limited, que, a partir de então, passou a denominar-se Estrada de Ferro Leopoldina. Daí em diante, o Governo Federal não mais reconheceu o processo anterior de desapropriação feito pelo Governo do Estado.

O Governo do Espírito Santo, à época, loteou o terreno desapropriado, que foi adquirido por particulares. A União, entretanto, entende que os terrenos comprados devem ser enquadrados como Terrenos de Marinha e, portanto, sujeitos ao pagamento da Taxa sobre Terreno de Marinha.

CEI promove palestras na Apes

O Centro de Estudos e Informações Jurídicas (CEI) da Procuradoria Geral do Estado (PGE) realizou, no dia 28 de março, no auditório da Associação dos Procuradores do Espírito Santo (Apes), duas palestras com os advogados Georges Abboud e Nelson Luiz Pinto.

O primeiro a falar foi Georges Abboud, que tratou do tema "Controle de constitucionalidade pela administração pública: do princípio da legalidade ao princípio da constitucionalidade". Finalizando o evento, Nelson Luiz Pinto falou sobre "Recurso especial para o STJ: análise das principais propostas de alteração do Código de Processo Civil".

O objetivo das palestras, segundo o procurador chefe do CEI, Anderson Sant'Ana Pedra, foi o de preparar ainda mais os procuradores em relação às questões mais recorrentes em seus locais de trabalho. "A palestra do dr. Georges foi muito boa para esclarecer até onde vão os limites de atuação dos procuradores no que diz respeito à constitucionalidade das leis na via administrativa. Já a palestra do dr. Nelson serviu para nos mostrar o que está por vir em relação ao novo Código de Processo Civil", explicou Anderson.

Estiveram presentes ao evento cerca de 30 procuradores da PGE, entre eles o subprocurador geral para Assuntos Jurídicos, Lívio Oliveira Ramalho; a subprocuradora geral para Assuntos Administrativos, Luciana Merçon Vieira; o procurador chefe da Procuradoria de Petróleo, Claudio Penedo Madureira; e a procuradora chefe da Procuradoria do Contencioso Judicial, Eva Pires Dutra, dentre outros.



Novo corregedor assume na PGE

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) tem novo corregedor. É o procurador Alexandre Nogueira Alves, que, até então, atuava na Subprocuradoria Fiscal (SPFI). O novo corregedor substituiu o procurador Jorge Gabriel Rodnitzky, que, por sua vez, passa a chefiar a Subprocuradoria Tributária (SPT) no lugar do procurador Francisco Augusto Teixeira de Carvalho.

Segundo o procurador geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, as alterações foram realizadas devido à saída (a pedido) do procurador Francisco Augusto Teixeira de Carvalho da chefia da SPT. "Todos os procuradores que foram substituídos fizeram um excelente trabalho à frente de suas setoriais. A vinda do dr. Alexandre Alves para a Corregedoria e a ida do dr. Jorge Rodnitzky para a chefia da SPT tem como objetivo manter o padrão de qualidade dos trabalhos da PGE", explicou Rodrigo Júdice.

"Venho para a Corregedoria com dois objetivos principais: realizar um diagnóstico dos serviços jurídicos das autarquias e fundações do Governo do Estado e adotar medidas capazes de assegurar a máxima eficiência na prestação dos serviços de representação judicial e de consultoria jurídica do Estado", destacou o novo corregedor da PGE.

Alexandre Nogueira Alves é formado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), desde 1992. Assumiu como procurador do Estado no ano de 1996, após ser aprovado em concurso público. Na PGE, Alexandre já atuou na Procuradoria de Contencioso Judicial (PCJ) e na SPFI, onde chefiou o Núcleo de Investigação de Devedores.



Nelson Luiz Pinto

Bacharel, mestre e doutor em Direito pela PUC-SP. Professor da UERJ e da PUC-SP, da Fundação Getúlio Vargas - RJ e da Universidade Cândido Mendes.



Georges Abboud

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Advogado - escritório Magalhães Nery e Dias Advocacia. Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC-SP; doutorando em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC-SP.

PGE lança perfil no Facebook e canal no YouTube

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) passou a disponibilizar, desde o início do mês de abril, sua *fan page* no Facebook, com informações sobre seus eventos e notícias em geral, bem como um canal no YouTube para divulgação de dicas sobre o PGE.NET e matérias veiculadas nas TVs regionais.

Para acessar a PGE no Facebook, basta ir ao endereço eletrônico www.facebook.com/procuradoriagerales. Clicando no botão "curtir", o internauta passará a visualizar em seu perfil pessoal no Facebook tudo que for publicado na *fan page* da PGE. Segundo o procurador geral do Estado, Rodrigo Júdice, o objetivo da nova ferramenta de comunicação é abrir ainda mais a PGE à sociedade. "Agora, tanto a população quanto os servidores poderão acompanhar mais de perto tudo que aconte-

ce na PGE. É mais um instrumento de transparência que passamos a utilizar".

Vídeos

A ideia de produzir vídeos para capacitar os procuradores a utilizarem melhor o PGE.NET partiu do procurador chefe da Procuradoria de Cadastro e Informatização (PCI), Antônio Júlio Castiglione Neto. "Percebi que muitos procuradores tinham algumas dificuldades em comum na utilização do nosso sistema, então achei que seria interessante fazer esses vídeos e deixar disponibilizados para consulta a qualquer hora, em qualquer lugar com acesso à internet", explicou o procurador.

Para visualizar o canal da PGE no YouTube basta acessar www.youtube.com/procuradoriagerales.

Apes empossa diretoria na nova sede da PGE

A Associação dos Procuradores do Espírito Santo (Apes) realizou, no dia 1º de março, no auditório da nova sede da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a solenidade de posse da diretoria eleita para o biênio 2012/2013, sob a presidência da procuradora Santuzza da Costa Pereira.

Em seu discurso de posse, a procuradora destacou a importância dos procuradores para as instituições democráticas. “Os atos de gestão embasados na orientação da Procuradoria Geral do Estado fortalecem o gestor público, o protege e protege a sociedade mediante controle da legalidade e respeito à moralidade e eficiência”, disse Santuzza.

Sobre a nova sede da PGE, a presidente da Apes afirmou ser a concretização de um sonho iniciado com o ex-procurador geral do Estado, Rodrigo Rabello Vieira, e finalizado pelo atual, Rodrigo Marques de Abreu Júdice. “Estru-

tura de trabalho se converte em produtividade, em prevenção de demandas, em recuperação de crédito e em viabilização de investimento para o Estado do Espírito Santo”, concluiu Santuzza.

O procurador geral do Estado, Rodrigo Júdice, também falou para os cerca de 150 convidados presentes, exaltando o trabalho dos procuradores e a importância das instituições de carreira para o Estado. “Estamos em uma nova era: a de valorização das instituições de carreira de Estado. Elas são fundamentais para a democracia. Nós, da PGE, temos conseguido vitórias importantes para o Estado e, conseqüentemente, para a população. Assim foi com a questão dos precatórios, que já estão sendo pagos; o suporte que vem sendo dado a temas como os *royalties* do petróleo e o Fundap; o trabalho do Núcleo de Inteligência Fiscal da PGE para garantir que não haja sonegação de impostos, dentre outros”.



Em seu discurso, Santuzza destacou a importância da nova sede da PGE



Da esquerda para a direita: Evandro Bastos, Givaldo Vieira, Santuzza Costa Pereira, Lelo Coimbra, Domingos Taufner, Rodrigo Júdice e João Coser

Entre as autoridades presentes ao evento estiveram os deputados federais Lelo Coimbra (PMDB), Claudio Vereza (PT) e Cesar Colnago (PSBD); o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Domingos Taufner; o prefeito de Vitória, João Coser (PT); o vice-governador do Estado, Givaldo Vieira (PT) – que também representou o governador Renato Casagrande –; e o presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, Evandro Bastos.

Na ocasião, também foi apresentado, em primeira mão, um vídeo institucional sobre o trabalho dos procuradores e a importância deles para a sociedade, que foi exibido nas emissoras de TV locais. Ao final do evento, todos foram convidados a conhecer a nova sede da PGE e participar de um coquetel de confraternização promovido pela Apes.



PGE reúne gestores para divulgar novo serviço e tirar dúvidas

Cerca de 120 pessoas lotaram, no dia 3 de abril, o auditório do Palácio da Fonte Grande para participar do encontro promovido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), que apresentou o novo serviço de consulta prévia, o “Tira Dúvidas”, e deu esclarecimentos sobre os Enunciados Administrativos da PGE.

O evento foi destinado a todas as secretarias, autarquias, empresas, fundações e demais órgãos do Governo do Estado, com destaque para os servidores ligados às assessorias jurídicas, comissões de licitação, dentre outros gestores. Representando a PGE, estiveram a subprocuradora geral para assuntos Administrativos, Luciana Merçon Vieira, e o procurador chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa (PCA), Leandro Mello Ferreira.

Em sua palestra, Leandro falou sobre a necessidade e importância de a PGE abrir, com esse tipo de evento, mais um canal de diálogo com os órgãos da administração direta e indireta, a fim de que os processos possam ganhar mais ce-

leridade em sua tramitação. Na ocasião fez uma leitura dos Enunciados Administrativos, esclarecendo seus conteúdos e citando exemplos de dúvidas mais comuns sobre cada um deles.

Em relação ao serviço “Tira Dúvidas”, Leandro explicou como vai funcionar. “Aqueles que quiserem obter esclarecimentos sobre seus processos, antes de enviá-los à PGE, vão poder agendar um horário com um de nossos procuradores às segundas, quartas, quintas ou sextas-feiras, sempre das 13h às 17h. O agendamento pode ser feito pelo telefone 3636-5077. Se as dúvidas forem simples, poderão ser sanadas até mesmo por telefone”.

Ao final da palestra, a participação da plateia com perguntas mostrou que o evento precisará de novas edições. Para a analista administrativa do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Rosângela Siller Rocha, o encontro foi muito produtivo. “Nossa demanda por essas informações é muito grande. Precisamos de outros

momentos assim para obter orientações. Esses debates deveriam acontecer pelo menos uma vez por mês”.

Nova palestra

Devido à grande procura para o evento, a PGE não conseguiu contemplar todos os servidores que tentaram se inscrever. Por isso, já está sendo estudada a realização de uma nova reunião apenas com aqueles que não participaram deste primeiro encontro. Tão logo sejam definidos data e local para o segundo encontro, todos que tentaram inscrição, mas não conseguiram, serão avisados.



Rosângela Rocha, servidora do IEMA, aprovou a iniciativa da PGE

PGE obtém primeira vitória a favor do Fundap no STF

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), por meio de petição ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio, conseguiu impedir o andamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.721, apresentada em fevereiro pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) contra o sistema Fundap. A decisão do STF saiu no dia 20 de abril.

Em suas argumentações o ministro Marco Aurélio nega o seguimento da ADI por entender que não há relação de pertinência entre a entidade sindical e o tema da ação. “Embora a requerente busque revelar, na inicial, a pertinência temática, tem-se que o raciocínio desenvolvido acabaria por transmutar em abrangente a legitimação restrita aos interesses da categoria. É que a argumentação veiculada, considerado o que aponta como guerra fiscal, leva em conta a via indireta, ou seja, a diminuição de empregos. As normas impugnadas, concessivas de financiamentos em

condições favorecidas para a importação e exportação de certos bens, não se dirigem especificamente aos metalúrgicos. Ante o quadro, nego seguimento ao pedido”.

Na petição inicial, a CNTM acusa o Espírito Santo de afrontar a Constituição Federal e, ainda, de prejudicar a categoria dos metalúrgicos, alegando que o tratamento diferenciado do ICMS pelo Fundap “trouxe e ainda traz resultados negativos ao setor siderúrgico nacional e, por consequência, à categoria dos metalúrgicos”.

A vitória foi comemorada pelo procurador geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice. “Nesse episódio, a PGE agiu rapidamente e conseguiu debelar a tentativa antes mesmo do Estado do Espírito Santo ser formalmente chamado a se manifestar na referida ação judicial. É que os Procuradores do Estado acompanham diariamente as notícias divulgadas no site do STF e, com isso, tomaram conhecimento



Procurador geral já anunciou que a PGE está preparando ADI contra o projeto aprovado pelo Senado, que, na prática, prejudica o Fundap

dessa ação de inconstitucionalidade”, explicou Rodrigo.

Atuaram nesse processo o procurador geral do Estado, Rodrigo Júdice, os procuradores do Estado Bruno Colodetti, Claudio Penedo Madureira, Erfen José Ribeiro Santos e Lívio Oliveira Ramalho.

CURTAS



Visitas ilustres

O ex-procurador geral de Justiça do Estado, Fernando Zardini, esteve na PGE com seu sucessor, Eder Pontes, uma semana antes de passar o cargo, para uma visita de cortesia ao procurador geral do Estado, Rodrigo Júdice quando foram debatidos temas comuns aos dois órgãos.

Visitas ilustres II

O procurador geral do Estado, Rodrigo Júdice, recebeu, no dia 2 de abril, a visita do presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Espírito Santo (FEHOFES), Luiz Nivaldo da Silva, para a entrega da primeira edição da Revista Brasileira de Direito da Saúde. Durante a visita, o presidente da FEHOFES fez uma explanação sobre a situação dos hospitais filantrópicos no Estado.



Mudança

Cedida pela PGE, a procuradora Ana Lauff passou a atuar, desde o início do ano, no TCE-ES, onde presta consultoria jurídica e assessoramento à presidência do órgão.

Música

Um talento musical se destaca na PGE. É o servidor Richard Tanure, que lançou, no dia 26 de abril, o CD da sua banda, a Derengos.



Estado faz novos acordos para pagar precatórios

Mais 183 credores fizeram acordo nas últimas audiências de conciliação para pagamento de precatórios, realizadas dia 30 de março, no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). Na ocasião, foram realizadas 18 audiências, sendo 14 referentes a causas trabalhistas e quatro cíveis, envolvendo ao todo 252 credores. O índice de adesão aos acordos foi de 73%.

A dívida inicial calculada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), com os 183 credores que aceitaram fazer acordo, caiu de R\$ 7,4 milhões para R\$ 4,7 milhões, o que equivale a uma redução de aproximadamente 36%.

Os resultados, segundo o procurador chefe da Procuradoria de Serviços Jurídicos, Setoriais, Autárquicos e Fundacionais da PGE, Marcelo Amaral Chequer, atingiram as expectativas do governo. "O índice de adesão aos acordos foi muito bom. E isso é positivo para todos, pois permite que mais credores possam receber seus créditos em um período de tempo menor", disse Marcelo.

Uma nova rodada de audiências conciliatórias já foi marcada pelo TJ-ES e pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES) para o dia 25 de maio, quando serão realizadas mais 25 audiências.

Ainda não foram definidos, no entanto, local e lista de credores que serão chamados a negociar.

Desde o início das reuniões de conciliação, em dezembro do ano passado, 773 credores foram beneficiados com a realização dos acordos. Excetuando-se os precatórios referentes aos processos da Trimestralidade, o Estado já quitou integralmente mais de 500 dos seus 1.100 precatórios. Dos 600 restantes, 400 já estão com seus créditos depositados junto ao TJ-ES e ao TRT-ES, aguardando apenas a emissão dos alvarás de pagamento.

Nova modalidade

A nova legislação estadual (Lei 9.705/2011) permitiu que o Estado passe a utilizar 50% dos recursos destinados ao pagamento de precatórios da administração direta e indireta na quitação desses títulos por meio de acordos diretos com os credores. Os 50% restantes são utilizados para pagamento dos precatórios seguindo a ordem cronológica, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme a Lei 9.705/2011, os acordos diretos com os credores de precatórios serão realizados perante



Marcelo Chequer está satisfeito com os resultados obtidos nas audiências

Juizes Conciliatórios dos Tribunais, em audiência pública de conciliação com a presença dos credores e respectivos advogados, do representante do Ministério Público e da Procuradoria Geral do Estado.

Pagamento

O Estado vincula 2% de sua receita corrente líquida anual ao pagamento de precatórios. Em 2012, esse valor chegará a R\$ 192 milhões, enquanto em 2011 foram gastos R\$ 175 milhões.

No último dia útil de cada mês, o Governo do Espírito Santo efetua um depósito em duas contas especiais. As contas são geridas pelo presidente do TJ-ES, com o auxílio de um Comitê Gestor, integrado por um magistrado titular e um suplente, ambos indicados pelos respectivos presidentes de cada um dos Tribunais com jurisdição sobre o Estado do Espírito Santo (TJ, TRT e TRF), e que tenham precatórios a serem pagos com os recursos depositados.

Mesmo para efeitos de acordo, nenhum credor receberá menos que três Obrigações de Pequeno Valor (OPVs), o que equivale a R\$ 29.953,01, conforme estabelecem os decretos 2.854/2011 e 2.856/2011, que regulamentam a Lei 9.705/2011.

HISTÓRICO DAS AUDIÊNCIAS

Dezembro 2011

1.469 Número total de credores

590 Total de acordos feitos

R\$ 46.229.966,68 Total dos valores integrais dos processos

R\$ 25.960.818,64 Total dos valores definidos após acordos

R\$ 20.269.148,04 Economia após acordos

Março 2012

252 Número total de credores

183 Total de acordos feitos

R\$ 7.485.569,75 Total dos valores integrais dos processos

R\$ 4.727.650,99 Total dos valores definidos após acordos

R\$ 2.757.918,16 Economia após acordos